

Governo estuda ampliar isenção para taxar inativo

Objetivo do Planalto é convencer Congresso a aprovar emenda este ano

Catia Seabra e Eliane Oliveira

● BRASÍLIA. O governo está disposto a ampliar a faixa de isenção para a cobrança de contribuição previdenciária dos inativos, numa tentativa de neutralizar resistências no Congresso e garantir a aprovação da emenda ainda este ano. Na proposta atual, apenas os funcionários aposentados que ganham até R\$ 600 estão livres da contribuição — de 11% — sobre o benefícios. Mas, segundo técnicos do governo, o Palácio do Planalto deu sinal verde para os Ministérios da Previdência Social e do Planejamento negociarem uma nova faixa de isenção, que poderá ser de R\$ 1.200 ou mais.

Técnicos dos dois ministérios se dedicam agora à elaboração de estudos para medir qual será o impacto na arrecadação com a ampliação da faixa. Serão desenhados diferentes cenários. Hoje, com a isenção para os que recebem até R\$ 600, a expectativa anual de receita é de R\$ 1,4 bilhão.

O maior temor do governo, agora, é prejudicar o desempenho fiscal dos estados — onde os servidores, em geral, ganham menos que os da União — com a adoção de uma faixa de isenção muito ampla.

— Se fixarmos uma faixa de isenção de, digamos, R\$ 4 mil, a oposição nunca poderá dizer que estamos prejudicando os idosos. Mas também não podemos adotar uma medida sem qualquer potencial de arrecadação, especialmente nos estados — exemplifica um técnico do governo, usando números aleatórios.

Segundo parlamentares com trânsito no Planalto, o governo, que já concorda com o limite de R\$ 900, pode ceder um pouco mais, chegando a R\$ 1.200. ■